



RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2024



Maio/2025

O presente relatório está dividido nas seguintes seções:

	Pág.
I. Introdução	03
II. Relatório dos Auditores Independentes	04
III. Extensão dos Trabalhos	08
IV. Demonstrações Contábeis	09
V. Relatório Circunstanciado da Auditoria	40



Campinas/SP, 13 de maio de 2025

Aos
Administradores da
FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA
Ribeirão Preto/SP

Estivemos nas dependências da **FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA**, realizando trabalhos de auditoria das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Nossos exames foram efetuados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de Auditoria, conseqüentemente, incluíram as provas dos registros contábeis e evidências que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações contábeis, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A seguir apresentamos nosso relatório em forma longa sobre as referidas Demonstrações Contábeis e que compreendem:

Demonstrações Contábeis
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis; e
Relatório Circunstanciado da Auditoria.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

ROBERTO ARAUJO DE SOUZA:06455621816
Assinado de forma digital por
ROBERTO ARAUJO DE
SOUZA:06455621816
Dados: 2025.05.28 16:02:52 -03'00'

STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA
Roberto Araújo de Souza
Sócio

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Conselheiros da
FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Estudos sobre o imobilizado e intangível

Anteriormente, as práticas contábeis adotadas no Brasil consideravam como aceitáveis as taxas de depreciação fiscais a serem utilizadas para fins contábeis. Com o advento da Lei 11.638/07 e a emissão do pronunciamento técnico contábil CPC 27 - Ativo Imobilizado, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e sua interpretação ICPC 10 e pronunciamento técnico contábil CPC 04 – R1 – ativos intangíveis, as empresas foram requeridas a calcular e registrar a depreciação e amortização de acordo com a expectativa de vida útil dos ativos imobilizados e intangível, sendo que os efeitos dessa revisão de vida útil deveriam ter sido ajustados de forma prospectiva a partir de 01 de janeiro de 2010. Contudo, a administração não determinou as análises para determinação da vida útil dos ativos imobilizados e intangível, e a verificação dos possíveis impactos decorrentes da aplicação desse procedimento contábil. Consequentemente, não foi possível satisfazer-mos, por meio de outros procedimentos de auditoria, caso a Fundação tivesse revisado a vida útil de seus ativos imobilizados e intangíveis, dos eventuais efeitos, sobre o saldo de depreciação/amortização acumuladas registradas no ativo não circulante, e da despesa de depreciação/amortização registradas no resultado do exercício.

Teste de impairment (teste de recuperabilidade)

A Administração da Fundação não efetuou o teste de recuperabilidade dos valores registrados no imobilizado, intangível e diferido (teste de impairment), com o objetivo de assegurar que os citados ativos não estejam registrados por valores superiores àqueles passíveis de serem recuperados no tempo pelo uso nas operações da entidade ou pela sua venda. Consequentemente não foi possível mensurar os efeitos da não adoção do CPC 01 e ICPC 10 no resultado do exercício e no patrimônio líquido.

Ênfases

Déficit acumulado e continuidade das operações

A entidade possui passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo), em virtude de déficits acumulados, no valor de R\$ 9,559 milhões (R\$ 7,175 milhões em 2023). Em 2024 o Déficit apurado foi de R\$ 2,383 milhões, (déficit de R\$ 6,148 milhões em 2023). As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a uma entidade no curso normal de suas atividades. A continuidade das operações depende da manutenção controlada dos fluxos de caixa de pagamentos, e pelos recursos obtidos junto à Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Controles Internos

A entidade possui várias normas disciplinando os procedimentos internos operacionais. Tais normas não estão descritas num Manual de Controles Internos devidamente aprovado e implementado a um sistema informatizado integrado (ERP – Gerenciador de todas as operações), o que dificulta a formação de uma opinião sobre possíveis distorções relevantes na elaboração das demonstrações contábeis e que são responsabilidade da administração da fundação.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram por nós examinadas e emitimos relatório em 23 de fevereiro de 2024 com opinião com as seguintes modificações: i) Falta de estudo da vida útil e valor residual do imobilizado e intangível; ii) Falta de teste de impairment; e parágrafos de ênfase para: i) Déficit acumulado e continuidade operacional; e ii) Falta de integração dos controles internos com um sistema informatizado, sobre essas demonstrações contábeis.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade

com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas/SP, 13 de maio de 2025



CRC2SP023856/O-1
CNPJ 07.791.963/0001-08

ROBERTO ARAUJO DE SOUZA:06455621816
Assinado de forma digital por
ROBERTO ARAUJO DE
SOUZA:06455621816
Dados: 2025.05.28 16:04:02 -03'00'

ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA
CTCRC1SP242826/O-3
Sócio

EXTENSÃO DOS TRABALHOS REALIZADOS

Conforme nosso CONTRATO nº 514/2023 e Processo nº 113/2023, e seu aditivo, foram realizados serviços de Auditoria das Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Nossos trabalhos têm que o objetivo de uma auditoria, é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.

No caso da maioria das estruturas conceituais de auditoria, para fins gerais, essa opinião expressa se as demonstrações contábeis estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro.

Uma auditoria conduzida em conformidade com NBC-TAs (Normas Brasileira de Contabilidade – Técnicas de Auditoria Independentes) e exigências éticas relevantes, capacita o auditor a formar essa opinião.

Em nossos trabalhos não evidenciamos nenhum efeito significativo que pudesse ocasionar reflexos substanciais no encerramento das contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, exceto aqueles comentados em nosso relatório circunstanciado, que é parte integrante deste relatório.

Nesta oportunidade os trabalhos realizados incluíram todos os procedimentos normalmente aplicados em exames conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Tais procedimentos foram aplicados nesta etapa dos trabalhos, a fim de que as demonstrações contábeis anuais apresentassem adequadamente a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA.**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE
2024 E DE 2023

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA
Rua Tamandaré, 434 – CEP 14.085-070 - Campos Elíseos
Ribeirão Preto / S.P. – Tel.(16) 3605 4848
CNPJ-MF nº 13.370.183/0001-89 Inscr. Municipal nº 149977/01

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE
2024 E DE 2023

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	3
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	6
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	7

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DEZEMBRO DE 2024 E 2023
EM REAIS

	Nota Explicativa	2024	2023
Ativo			
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	27.338.948	29.298.524
Contas a receber	5	12.499.982	6.898.121
Estoques	6	4.339.268	4.053.092
Outros créditos	7	2.707.184	942.442
Despesas antecipadas		4.481	3.662
Total do ativo circulante		45.536.873	41.195.840
Ativo Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais	14	2.516.229	1.424.813
Imobilizado	8	14.022.992	12.094.326
Total do ativo não circulante		16.539.221	13.519.139
Total do ativo		62.076.095	54.714.979
Passivo e Patrimônio Líquido			
Passivo Circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	-	-
Fornecedores e prestadores de serviços	10	8.897.694	8.325.832
Salários, encargos sociais e obrigações tributárias	11	8.251.373	5.873.088
Provisão de Férias e encargos		8.572.180	8.769.838
Outras obrigações	12/14	2.034.254	2.989.635
Contratos de gestão e convênios a realizar	13	23.138.940	27.981.400
Total do passivo circulante		50.894.442	53.939.793
Passivo não circulante			
Outras obrigações	12	5.893.755	5.154.862
Provisão para contingências	14	14.846.996	2.795.793
Total do passivo não circulante		20.740.752	7.950.654
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		(10.742.950)	(4.673.712)
Ajuste de avaliação patrimonial		3.550.741	3.630.061
Reserva de doações		16.740	16.740
Déficit/Superávit acumulado		(2.383.630)	(6.148.559)
Total do patrimônio líquido	16	(9.559.099)	(7.175.469)
Total do passivo e patrimônio líquido		62.076.095	54.714.979

As Notas Explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA
Rua Tamandaré, 434 – CEP 14.085-070 - Campos Elíseos
Ribeirão Preto / S.P. – Tel.(16) 3605 4848
CNPJ-MF nº 13.370.183/0001-89 Inscr. Municipal nº 149977/01

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO 2024 E 2023
EM REAIS

	Nota Explicativa	2024	2023
Receitas		187.616.850	166.132.119
Serviços de Saúde	17	181.704.623	161.633.314
Pacientes Particulares		237.511	154.434
Receitas com SUS		179.084.994	158.257.214
Receitas com Convênios		3.120.522	3.400.229
Deduções de Receitas com SUS e Convênios		(738.404)	(178.562)
Outras Receitas Operacionais	17	6.175.457	4.036.674
Receitas Financeiras	20	219.259	309.538
Receitas Diversas	19	48.741	152.592
Despesas	18	190.000.480	172.280.677
Despesas Operacionais		189.733.806	172.054.621
Despesas Administrativas		177.682.602	171.434.975
Despesa com Pessoal		61.450.944	57.305.985
Despesas com Encargos		5.008.712	4.635.250
Provisões Trabalhistas		11.959.209	13.020.864
Serviços de Terceiros		67.867.694	64.373.565
Materiais e Medicamentos		23.167.191	21.361.142
Materiais em Geral		749.837	754.688
Impostos, taxas e contribuições		413.336	964.225
Despesas Gerais		7.065.677	7.896.574
Depreciações e Amortizações		212.327	472.603
Trabalho Voluntário - ITG 2002 (R1)		650.079	650.079
Perda e Provisão pra Perda		12.051.204	619.646
Despesa com PCLD		-	92.490
Despesa com Provisão para Contingências		12.051.204	527.156
		-	-
Despesas Financeiras	20	266.673	226.057
Despesas Financeiras		266.673	226.057
Resultado do Período		(2.383.630)	(6.148.559)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
EM REAIS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Déficit/Superávit do período	(2.383.630)	(6.148.559)
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	(881.208)	(128.091)
Resultado Abrangente do Exercício	<u>(3.264.838)</u>	<u>(6.276.650)</u>

As Notas Explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
EM REAIS

	Patrimônio Social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de doações	Superávit/Déficit acumulado	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	12.107.843	3.758.153	16.740	(1.875.862)	14.006.874
Incorporação do superávit acumulado no patrimônio social	(259.672)			(15.276.714)	(15.017.042)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	(6.148.559)	(128.091)		128.091	-
Superávit do exercício- representado				(6.148.559)	(6.148.559)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(4.673.712)	3.630.062	16.740	6.148.559	(7.175.469)
Incorporação do superávit/déficit acumulado no patrimônio social	(6.148.559)			6.148.559	
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	79.320	(79.320)			-
Déficit do exercício- representado				(2.383.630)	(2.383.630)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(10.742.950)	3.550.741	16.740	(2.383.630)	(9.559.099)

As Notas Explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
EM REAIS

Fluxo de Caixa das atividades operacionais	2024	2023
Déficit / Superávit do exercício	-2.383.630	-6.148.559
Ajustes para conciliar o superávit/déficit do exercício às disponibilidades geradas de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	0	92.490
Depreciações e amortizações	-212.327	472.603
Juros sobre empréstimos	0	23.547
Reversão de demandas judiciais	0	1.670.245
Resultado do exercício ajustado	-2.595.957	-3.889.675
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	-5.601.861	3.744.777
Estoques	-286.176	-2.205.838
Outros Ativos	-1.765.561	783.864
Fornecedores	571.862	561.668
Obrigações sociais e provisões de férias	2.180.627	1.471.576
Outras obrigações	-955.381	-382.523
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	-8.452.447	83.849
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e investimento temporários	-762.343	-1.427.728
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades investimentos	-762.343	-1.427.728
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	4.863.663	7.757.878
Liquidação dos empréstimos, financiamentos e juros	2.391.551	-757.521
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de financiamentos	7.255.214	7.000.357
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	-1.959.576	5.656.478
Variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	27.338.948	29.298.524
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	29.298.524	23.642.046
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	-1.959.576	5.656.478

As Notas Explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA
Rua Tamandaré, 434 – CEP 14.085-070 - Campos Elíseos
Ribeirão Preto / S.P. – Tel.(16) 3605 4848
CNPJ-MF nº 13.370.183/0001-89 Inscr. Municipal nº 149977/01

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 – (Em R\$ reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

CONTEXTO HISTÓRICO

O Hospital Santa Lydia foi instituído pela Fundação Ribeiro Pinto e inaugurado em 27/01/1960 com o propósito de atender principalmente crianças carentes de Ribeirão Preto e região, em um momento difícil para o país devido ao surto de poliomielite e meningite.

Com o passar dos anos e a mudança do perfil epidemiológico do País, o Hospital Santa Lydia passou a ser um hospital geral, atendendo as diversas clínicas com ênfase ao atendimento pediátrico especificamente a UTI infantil e neonatal. Assim como outras clínicas como cuidados intensivos adulto e ortopedia.

A busca contínua por novas técnicas e a humanização sempre foram os ideais de seus gestores que fizeram do Hospital Santa Lydia uma referência reconhecida e respeitada pela sociedade. Sempre aberto à comunidade acadêmica permitiu a formação de reconhecidos profissionais de saúde que atuam nas mais diversas e importantes instituições de saúde do país.

FUNDAMENTAÇÃO E FINALIDADE

A Fundação Hospital Santa Lydia, inscrita no CNPJ nº 13.370.183/0001-89, sediada em Ribeirão Preto, foi instituída pela Lei Municipal Complementar nº 2.434 de 17 de dezembro de 2010 e, através da Escritura Pública de Doação de maio de 2011, a Fundação passou a ser sucessora dos bens, direitos e obrigações da personalidade jurídica do Instituto Santa Lydia, que iniciou suas atividades de assistência em saúde no ano 1960, além de outros que a este patrimônio venham a ser adicionados por dotações feitas por entidades públicas, pessoas jurídicas de direito privado ou pessoas físicas.

A finalidade principal da Fundação é a execução e prestação de serviços de saúde ao Poder Público Municipal e à iniciativa privada, incluindo o fornecimento de suporte técnico e operacional, com atendimento médico de urgência e emergência e atividades hospitalares destinadas, preferencialmente, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS moradores de Ribeirão Preto, tendo autonomia administrativa, operacional e financeira, além de plena gestão dos seus bens e recursos regidos por seus atos consecutivos e pelo seu Estatuto Social.

Em seu Estatuto Social está previsto no Capítulo V, Seção 1, da Organização, que a Fundação contará com os seguintes órgãos:

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA
Rua Tamandaré, 434 – CEP 14.085-070 - Campos Elíseos
Ribeirão Preto / S.P. – Tel.(16) 3605 4848
CNPJ-MF nº 13.370.183/0001-89 Inscr. Municipal nº 149977/01

- I-) Conselho Curador,
- II-) Conselho Fiscal e
- III-) Diretoria Executiva que é detalhada suas funções nas Seções II, III e IV.

Devemos observar que na Lei Municipal nº 2415 de 14 de outubro de 2010 que autorizou a Instituição da Fundação, prevê no artigo 4º que a "Fundação Hospital Santa Lydia" poderá celebrar contrato de gestão com o Poder Público, na forma prevista no art. 37, parágrafo 8º da Constituição Federal.

Cabe ressaltar que a Fundação Hospital Santa Lydia sucedeu ao Instituto Santa Lydia, conforme Lei Municipal nº 2415, que autorizou a criação da instituição, tornando o CNPJ nº 13.370.183/0001-89 independentes do Instituto Santa Lydia (CNPJ nº 56.000.052/0001-12).

ESTRUTURA GERENCIAL

Atualmente a Fundação está organizada em um prédio administrativo localizado na Rua Maurílio Biagi nº 1510, Ribeirão Preto - SP, no qual mantém toda a estrutura administrativa necessária para gerenciamento dos contratos de gestão e convênios.

Ao total, a Fundação realiza a gestão de 10 serviços de saúde, sendo dois Hospitais – Hospital Santa Lydia e Hospital Municipal Francisco de Assis;

Quatro unidades de urgência e emergência - Unidade de Pronto Atendimento -UPA Dr. Luís Atilio Losi Viana (UPA Leste), Unidade de Pronto Atendimento - UPA Prof. Dr. João José Carneiro (UPA Oeste), Unidade de Pronto Atendimento - UPA Nelson Mandela (UPA Norte) e Pronto Atendimento UBDS Vila Virgínia (UBDS Vila Virgínia);

Duas unidades Básicas de Saúde - Unidade Básica de Saúde Prof. Zeferino Vaz - UBS Quintino I e Unidade Básica de Saúde Dr. Luiz Gaetani - UBS Cristo Redentor;
Um serviço de reabilitação de Ribeirão Preto (SERERP) e;

Um Centro de Atenção Psicossocial - CAPS III AD com Suporte a urgência. (CA3AD);
Essa estrutura gerencial deve aumentar em 2024, com a inauguração da Unidade de Pronto Atendimento do bairro Ribeirão Verde, no qual a Fundação espera compor a gestão.

A unidade de pronto atendimento contará com consultórios, ambulatórios, área de ambulâncias, estacionamento e toda estrutura necessária para atender urgências e emergências de diversos bairros da região que está em pleno crescimento. A UPA Ribeirão Verde prevê a construção da Unidade de Pronto Atendimento e uma Base descentralizada do SAMU-192 para atender os moradores da região.¹

¹ <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/noticia/upa-ribeirao-verde-comeca-a-ser-construida>

Dessa forma, a Fundação centralizará todo o atendimento público de urgência e emergência de Ribeirão Preto.

RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO DE 2024

Com o intuito de fornecer apoio à Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirão Preto a Fundação Hospital Santa Lydia resolveu várias demandas assistenciais no exercício de 2024, o que contribuiu em benefícios aos munícipes da cidade de Ribeirão Preto.

Por meio dos contratos de gestão das unidades de pronto atendimento de Ribeirão Preto, podemos destacar que foram mais de 713.314 atendimentos médicos entre adultos e crianças (pediatria). Houve também mais de 15.214 atendimentos odontológicos de urgência, além de 762.764 exames laboratoriais e 160.242 exames de radiodiagnóstico.

No Hospital Santa Lydia, as produções anuais refletiram em 522 cirurgias do aparelho da visão, 70 cirurgias em nefrologia, 227.714 diagnósticos em laboratório clínico, 59.503 diagnósticos por radiologia, 21.488 diagnósticos por ultrassonografia, 47.177 métodos diagnósticos em especialidades, 56.892 consultas/atendimentos, 3.270 tratamentos clínicos (outras especialidades), 2.833 pequenos procedimentos cirúrgicos, 4.988 consultas em cardiologia e 3.937 consultas ortopédicas.

Por meio das unidades básicas de saúde, tivemos mais de 17.161 atendimentos de clínica geral, 8.586 atendimentos na especialidade de ginecologia, 9.569 atendimentos em pediatria, 5.973 atendimentos enfermagem, 7.221 atendimentos Odontológicos e 1.935 atendimentos farmacêuticos.

UNIFICAÇÃO DOS CONTRATOS DE GESTÃO E REORGANIZAÇÃO CONTRATUAL DAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA PARA O EXERCÍCIO DE 2024

A Fundação em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirão Preto realizou no final de 2024 a unificação dos contratos de gestão para gerir as unidades de pronto atendimento de urgência e emergência.

O projeto de unificação dos contratos de gestão apresentou o dimensionamento de recursos humanos, a reorganização na estrutura de atendimento médico e o reequilíbrio econômico financeiro da estrutura, visando principalmente manter a qualidade na prestação de serviço, atender as obrigações constantes no contrato de gestão, além de observar os requisitos legais, mitigando riscos trabalhistas, acúmulo de jornada de trabalho, entre outros.

RECURSOS HUMANOS E SERVIÇOS MÉDICOS

Conforme o dimensionamento das horas médicas, seguindo os parâmetros da resolução nº 2073/2014 do Conselho Federal de Medicina, no qual dispõe sobre a normatização do funcionamento das Unidades de Pronto Atendimento (UPA) 24h e congêneres, bem como do dimensionamento da equipe médica e do sistema de trabalho nessas unidades.

Fizemos os ajustes das horas médicas necessárias por unidade e por especialidade, além do impacto financeiro da adequação. Com relação ao dimensionamento de recursos humanos proposto por meio do ofício nº 180/2023, adequamos no ano de 2024 o número de profissionais da assistência utilizando os parâmetros das resoluções nº 564/2017, nº 661/2021, nº 543/2017 do COFEN, bem como a Lei nº 13.021/14.

Além disso, houve necessidade de ajustes nas quantidades de alguns profissionais para o cumprimento nos moldes estabelecidos no contrato de gestão (expostos e justificados no ofício nº 180/2023). Dessa forma, fizemos os ajustes no quadro de recursos humanos, e cumprimos com o ajuste de 3,70% no dissídio.

CUSTO OPERACIONAL

Em continuidade ao exposto no ofício nº 197/2023, disponibilizamos a projeção do custo operacional para o exercício de 2024. Os valores foram provisionados utilizando como base o histórico de todo o exercício de 2024 (por unidade), além da atualização dos valores contratuais realizados no exercício de 2023, acrescidos da aplicação do índice de correção inflacionária, disposto nos contratos pactuados pela Fundação (IPCA/IBGE) – que no acumulado dos últimos doze meses resultou em 4,42% (ref. setembro 2023 a setembro 2024).

No entanto, por razões orçamentárias, a Secretaria Municipal de Saúde não conseguiu conceder o reajuste nas proporções indicadas, motivo pelo qual tivemos que reorganizar algumas estruturas.

UNIFICAÇÃO DOS CONTRATOS DE GESTÃO E REORGANIZAÇÃO CONTRATUAL DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE PARA O EXERCÍCIO DE 2025

Foram unificados contratos de gestão das unidades básicas de saúde administradas pela Fundação, qual seja, Unidade Básica de Saúde Prof. Zeferino Vaz – UBS Quintino I e Unidade Básica de Saúde Dr. Luiz Gaetani – UBS Cristo Redentor.

Estas medidas de centralização e padronização das obrigações contratuais, facilitaram a gestão, organização e distribuição de recursos e atividades, de modo que as metas e indicadores possam refletir na produção de cada unidade.

REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO HOSPITAL SANTA LYDIA

Na busca do reequilíbrio econômico-financeiro do Hospital Santa Lydia, a Fundação buscou explicitar para a Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirão Preto que o hospital Santa Lydia enfrentava uma situação econômica sensível.

Devemos destacar que a defasagem da tabela SUS, além dos custos operacionais crescentes como aquisição de insumos, pagamentos de profissionais de saúde, manutenção das instalações e modernização de equipamentos médicos, sobrecarregando os recursos financeiros. Infelizmente, a tabela do SUS não tem acompanhado adequadamente o crescimento dos preços, resultando em uma situação financeira insustentável.

IMPLANTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE INTEGRIDADE NA FUNDAÇÃO

Seguindo as diretrizes para implantação da política de integridade na Fundação, cujo objetivo central é estabelecer por meio de mecanismos e procedimentos internos, a promoção da integridade das rotinas e processos, através do trabalho de auditoria e de incentivo à denúncia de irregularidades, no qual visa notadamente prevenir casos de corrupção, bem como orientar por meio de políticas claras e objetivas o padrão de conduta esperado no desempenho das funções de seus administradores, empregados e conselheiros. Políticas bem definidas e a aplicação dos códigos e instruções, serão essências para manter uma cultura ética dentro da instituição, de modo que contribua para que seja detectado e mitigados eventuais casos de desvios, fraudes e irregularidades.

A Fundação fez implantação do código de conduta e ética, nele contendo as diretrizes norteadoras da instituição, que devem orientar o trabalho realizado por todas as pessoas que atuam na instituição ou mesmo para a FHSL, de maneira direta ou que agem em seu nome.

O Código de Conduta e Ética traz aos administradores, colaboradores, parceiros comerciais, pacientes e à comunidade um guia prático sobre os princípios e valores, os padrões legais e éticos que orientam a condução dos trabalhos da FHSL, assim como as normas internas aplicáveis a todos os integrantes da Fundação e aos terceiros que com esta contratam, como fornecedores e/ou prestadores de serviços.

MODERNIZAÇÃO E INVESTIMENTO

Na busca continua de melhoria de toda estrutura da Fundação, mesmo com as adversidades enfrentadas desde o início desta gestão em 2018, a Fundação segue investindo na estrutura do Hospital Santa Lydia com a modernização e ampliação dos equipamentos médicos/cirúrgicos, instrumentais, conservação e ampliação das estruturas de tecnologia e comunicação, conforto, predial, enxoval, entre outros.

Para além dos investimentos no Hospital Santa Lydia, devemos destacar a nova sede administrativa da Fundação, cuja concepção de estrutura unificada, resulta em eficiência e diminuição de custo, pois para gerenciamento de cada unidade, haveria necessidade de provisionamento de pessoal ou contratação de prestação de serviço para aquisição de materiais e medicamentos, rotinas de departamento pessoal, financeiro, contábil, ou seja, cada contrato teria que dispor de estrutura administrativa mínima para execução dos serviços.

No modelo adotado, a unificação da estrutura administrativa ganha em eficiência, além de reduzir o custo dos contratos pactuados com a Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirão Preto.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem o pronunciamento emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para pequenas e médias empresas – CPC para PME's. Consideram, ainda, as peculiaridades ligadas às entidades sem fins lucrativos em consonância à ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução 1409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e demais alterações.

Essas demonstrações financeiras estão expressas em reais, que é a moeda funcional da Fundação, elas consideram o custo histórico como base de valor, salvo quando indicado de forma diferente.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Fundação, cuja autorização para sua conclusão foi dada por esta em 30 de abril de 2025. Depois de concluídas, as demonstrações financeiras serão submetidas à apreciação e aprovação do Conselho Curador.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Fundação de dar continuidade as suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Fundação está adimplente em relação às cláusulas de dívidas na data da emissão dessas demonstrações financeiras.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras estão descritas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo se indicado de outra forma:

a) Apuração do resultado

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA
Rua Tamandaré, 434 – CEP 14.085-070 - Campos Elíseos
Ribeirão Preto / S.P. – Tel.(16) 3605 4848
CNPJ-MF nº 13.370.183/0001-89 Inscr. Municipal nº 149977/01

As receitas e despesas são apropriadas obedecendo ao regime de competência. As receitas com serviços prestados representam o valor justo recebido ou a receber pelo curso normal das atividades da Fundação.

As receitas com serviços prestados são reconhecidas: (i) quando o valor dos serviços prestados é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Fundação; e (iv) no momento da entrega e aceite pelo cliente dos serviços prestados, ou seja, quando os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao cliente.

b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Na elaboração das demonstrações financeiras da Fundação, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos e essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Fundação revisa suas estimativas e premissas, em período não superior a um ano. Contudo, não há situação de maior complexidade que requeira maior nível de julgamento.

c) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Fundação reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Fundação deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Fundação transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Fundação possui aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e recebíveis como ativos financeiros não derivativos.

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem contas a receber e outros créditos.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Fundação reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Fundação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Fundação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Fundação tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Fundação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2024 não havia operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos e não ocorreram operações desse tipo no decorrer do exercício.

d) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)**

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda.

A Administração da Fundação revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida ao resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Com base nas análises da Administração, não foram necessárias provisões para recuperação de ativos em 31 de dezembro de 2024.

e) **Caixa e equivalentes de caixa**

Representado por numerários em caixa, saldos em banco conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas de transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, sendo o ganho ou perda registrado no resultado do exercício respeitando a competência. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

f) **Contas a receber**

As contas a receber, especificamente de convênios, contrato de gestão e com o SUS, são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Fundação não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. A administração da Fundação não tem a expectativa de outras perdas significativas.

g) **Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Quando necessário, os estoques são deduzidos por provisão para perdas por obsolescência, deterioração ou baixo giro.

h) **Investimentos**

Avaliados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para fazer face às eventuais perdas, quando aplicável.

i) **Imobilizado**

Demonstrado pelo custo histórico de aquisição, acrescido de avaliação espontânea, para determinação do valor atribuído, efetuada por peritos independentes e deduzida à depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. A Fundação inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômico. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação está calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado. A Fundação não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

A Fundação possui bens contabilizados no grupo do ativo imobilizado que foram emprestados conforme nota explicativa 8.

j) **Empréstimos e financiamentos**

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos na estruturação da operação, quando aplicável. Subsequentemente são apresentados acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

k) **Fornecedores e prestadores de serviços**

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, caso seja aplicável.

l) **Demais ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Fundação e se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis,

acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

m) **Contratos de gestão**

Os contratos são reconhecidos pelo valor justo, e enquanto não atendidos os requisitos para o reconhecimento no resultado como receita, no mesmo momento do reconhecimento das despesas correspondentes, os valores são registrados no ativo em contrapartida do passivo, essas transações estão demonstradas na nota explicativa 13.

n) **Segregação entre circulante e não circulante**

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

o) **Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos não circulantes e os circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

p) **Ativos e passivos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma: Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Fundação possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Fundação, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Fundação revisa suas estimativas e premissas em período não superior a um ano.

q) **Ajuste de avaliação patrimonial**

Constituída para os bens do ativo não circulante (imobilizado). A realização do ajuste de avaliação patrimonial, quando aplicável (basicamente pela baixa e depreciação do bem do ativo imobilizado avaliado) é registrada diretamente em superávit/déficit acumulados no patrimônio líquido.

r) **Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis (CPC).

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2024	2023
Caixa	38.320	38.091
Bancos conta movimento	9.364	120.564
Bancos conta movimento – Contrato de Gestão	24.930	5.898.141
Aplicações financeiras (i)	3.764.386	1.347.698
Aplicações financeiras – Contrato de Gestão	23.501.948	21.894.030
Total	27.338.948	29.298.524

(i) Refere-se aos fundos de investimento, cujo resgate pode ocorrer de acordo com as necessidades de recursos da Fundação e tem liquidez imediata. Esses fundos são remunerados a variação do CDI.

5. Contas a receber

Descrição	2024	2023
Convênios	1.008.248	1.244.005
Outros Créditos a receber	1.295.857	1.300.676
Sistema Único de Saúde - SUS	4.479.457	4.458.721
Contrato de Gestão (ii)	7.012.276	1.355.200
(-) Perdas estimadas c/créditos liquidação duvidosa (i)	-1.460.481	-1.460.481
Total	12.335.357	6.898.121

(i) Refere-se à estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa, constituída sobre o montante considerado de difícil recebimento

(ii) Referente aos contratos públicos de gestão firmados com a Secretaria Municipal da Saúde de Ribeirão Preto, conforme descrito na nota explicativa 1

6. Estoques

Descrição	2024	2023
Medicamentos	1.890.210	1.463.184
Almoxarifado (i)	2.449.058	2.589.907
Total	4.339.268	4.053.092

(i) Trata-se de material hospitalar, materiais administrativos e produtos de limpeza.

7. Outros créditos

Descrição	2024	2023
Cartões de Crédito	754.03	2.515
Adiantamento a colaborador	258.936	183.443
Adiantamento a colaborador -C. Gestão	460.432	324.597
Adiantamentos a fornecedores	8.342	8.162
Adiantamentos a fornecedores -C.Gestão	7.230	7.410
Reajuste salarial - C.Gestão (i)	438.154	416.315
Adiantamento diversos HMFA	345.064	
Total	1.518.158	942.442

(i) Refere-se ao valor de provisionamento de créditos já recebidos que devem ser mantidos em caixa para pagamento futuro dos colaboradores quando ocorrer a aplicação do reajuste previsto pelo sindicato da categoria.

8. Imobilizado

a. Composição do Saldo				
Descrição	Custo AAP	Depreciação Acumulada	2024	2023
Terrenos	1.640.492	-	1.640.492	1.640.492
Edificações	5.485.985	- 1.446.977	4.039.006	3.176.095
Máquinas e equip.	3.249.647	- 2.234.618	1.017.429	938.111
Móveis e utensílios	1.332.149	- 789.580	538.170	484.949
Equip.de Informática	668.210	- 566.681	101.529	85.200
Equip.Hospitalares	1.672.734	- 465.099	1.203.162	1.127.877
Veículos	44.206	- 44.206	-	-
Bens públicos estaduais (i)	2.121.103	-	2.121.103	2.121.103
Bens públicos municipais(i)	2.520.499	-	3.362.099	2.520.499
Total	18.735.025	- 5.547.163	14.022.570	12.094.326

Com a incorporação dos bens móveis e imóveis do Instituto Santa Lydia através da escritura pública (doação), a Fundação incorporou saldo de Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP) no montante de R\$ 6.819.842, lançado em contrapartida do patrimônio líquido, apurado através de laudo de empresa especializada, para a apuração do custo atribuído (*deemed cost*) de seus bens imobilizados de

uso. Considerando a particularidade da Fundação que é uma entidade civil sem fins lucrativos e, portanto, isenta de tributos, não foi constituída provisão para tributos diferidos sobre o ajuste do imobilizado ao valor justo.

As vidas úteis e valores residuais foram revisados pela administração seguindo as orientações do Pronunciamento Técnico CPC nº 27 – Ativo Imobilizado, e não foi identificada a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis.

(i) Bens emprestados para a fundação pelo estado e município para enfrentamento da pandemia, conforme descrito na nota explicativa 12(iv).

b. Movimentação do custo histórico + ajuste de avaliação patrimonial

Descrição	2023	Adições	Baixa	2024
Terrenos	1.640.492	-	-	1.640.492
Edificações	5.485.985	-	-	5.485.985
Máquinas e equip.	3.249.647	2.400	-	3.252.048
Móveis e utensílios	1.332.149	2.450	6.847	1.327.752
Equi.de Informática	668.210	-	-	668.210
Equip.Hospitalares	1.672.734	1.421	5.892	1.668.261
Veículos	44.206	-	-	44.206
Bens públicos estaduais	2.121.103	-	-	2.121.103
Bens públicos municipais	2.520.499	841.600	-	3.362.099
Total	18.735.025	847.871	12.739	19.570.153

c. Movimentação da depreciação acumulada

Descrição	2023	Adições	Baixa	2024
Edificações	- 2.309.890	-96.309	959.221	-1.446.977
Máquinas e equip.	- 2.311.536	-73.719	150.637	- 2.234.618
Móveis e utensílios	- 847.200	- 35.228	92.848	789.580
Equi.de Informática	- 583.010	-16.150	32.479	- 566.681
Equip.Hospitalares	- 544.856	- 78.304	158.061	465.099
Veículos	- 44.206	-	-	- 44.206
Total	- 6.640.699	- 299.712	1.393.248	- 5.547.163

9. Empréstimo e Financiamentos

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:		
Descrição	2024	2023
Saldos iniciais	1.366.534	862.176
Captação de empréstimos e financiamentos	0	2.120.937
Amortização de empréstimos, financiamentos e juros	- 1.366.534	26.844
Juros e variação monetária	0	950
Total	0	1.691.751

10. Fornecedores e Prestadores de Serviços

Descrição	2024	2023
Fornecedores e Prestadores de Serviços	532.593	862.176
Fornecedores e Prestadores de Serviços - C.Gestão	1.428.282	2.120.937
Honorários médicos - Pessoa física	26.844	26.844
Honorários médicos - Pessoa física - C.Gestão	950	950
Honorários médicos - Pessoa Jurídica	1.715.605	1.691.751
Honorários médicos - Pessoa Jurídica - C.Gestão	3.801.323	3.623.176
Total	7.505.597	8.325.832

11. Salários, encargos sociais e obrigações tributárias

Modalidade	2024	2023
Salários a pagar	1.329.595	939.357
Salários a pagar - Contrato de Gestão (ii)	1.726.027	2.523.858
Férias a Pagar	382.134	0

Férias a Pagar – Contrato de Gestão(ii)	1.293.393	0
Pensão alimentícia a pagar	432	321
Pensão alimentícia a pagar - Contrato de Gestão (ii)	8.378	6.792
Vale alimentação	124.160	74.502
Vale alimentação - Contrato de Gestão (ii)	365.623	199.503
Contribuição Sindical	8.782	15.028
Contribuição Sindical - Contrato de Gestão (ii)	41.281	25.846
INSS empregados (i)	100.743	124.993
INSS empregados - Contrato de Gestão (ii)	122.087	315.654
FGTS - Empregados (i)	142.412	181.380
FGTS - Empregados - Contrato de Gestão (ii)	418.294	445.405
IRRF a recolher (i)	224.278	634.671
IRRF a recolher - Contrato de Gestão (ii)	444.125	35.578
INSS retido	22	-
INSS retido - Contrato de Gestão (ii)	77.671	45.615
COFINS / PIS (i)	52.942	101.417
COFINS / PIS - Contrato de Gestão (ii)	208.733	118.746
ISS	1.038	534
ISS- Contrato de Gestão (ii)	7.550	6.151
Rescisões a pagar	157.166	64.787
Rescisões a pagar - Contrato de Gestão (ii)	98.179	12.950
Bolsa Auxílio	-	-
Total	7.335.054	5.873.088

(i) Os saldos correspondem aos encargos sociais e contribuições e impostos a pagar referente ao exercício seguinte.

(ii) Relativo as obrigações com salários, encargos sociais e tributárias vinculadas ou rateadas para os contratos de gestão, que totalizam em 31 de dezembro de 2024 o valor de R\$ 4.811.341 e 31 de dezembro de 2023 R\$ 3.736.098 – vide nota explicativa 21

12. Outras Obrigações

Modalidade	2024		2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Água e esgoto (i)	394.136	-	487.106	-
Água e esgoto - C.Gestão (iii)	319.878	-	281.423	-
Energia elétrica	55.937	-	60.445	-
Energia elétrica - C.Gestão (iii)	91.164	-	92.505	-
Empréstimo consignado	49.804	-	62.030	-
Empréstimo consignado - C.Gestão (iii)	167.345	-	178.405	-
Outros Valores a pagar	9.338	-	4.804	-
Outros Valores a pagar - C.Gestão (iii)	-	-	30.700	-
Cessão/Empréstimos - Bens Públicos Estaduais - (iv)	-	4.379.722	-	3.538.123
Cessão/Empréstimos - Bens Públicos Municipais - (iv)	-	1.103.059	-	1.103.479
Serviços de Lavanderia	53.816	-	47.897	-
Adesão SES - Medicamentos Covid 19 - (v)	768.359	-	768.359	-
Parcelamento de água e esgoto (ii)	105.404	410.553	211.960	513.259
Parcelamento Processos trabalhistas	-	-	-	-
Ações Judiciais e Trabalhista	-	-	201.214	-
Adiantamentos de terceiros	121.372	-	402.957	-
Total	2.136.553	5.893.334	2.989.635	5.154.862

(i) Substancialmente representado por resíduos sólidos que estão sendo discutidos junto ao órgão.

(ii) Através do processo administrativo n.04.2015.024671-7 - Requerimento Especial de termo de Confissão de Dívida e Promessa de Pagamento, a Fundação Hospital Santa Lydia reconheceu e confessou expressamente que é devedora do valor de R\$ 1.066.606 a favor da DAERP (credor), relativo aos valores principais das tarifas de água, coleta de esgotos apuradas nos exercícios de 2022 a 2014. A dívida foi parcelada em 120 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira vencível em 17/01/2016 no valor de R\$ 8.888 e as demais no dia 17 de cada mês no mesmo valor, devidamente atualizados mensalmente pela taxa Selic.

(iii) Refere-se a obrigações diversas vinculadas ou rateadas para os contratos de gestão, que totalizam em 31/12/2024 o valor de R\$578.387 e em 2023 o valor de R\$583.034 - vide nota explicativa 21.

(iv) Com o agravamento da pandemia em meados de 2020, a Fundação Hospital Santa Lydia recebeu alguns itens de imobilizados cedidos pelo governo do Estado de São Paulo através da DRS XIII, CEADIS, firmados por meio de Termos de Permissão de Uso. Foram destinados para enfrentamento à Covid-19, dentre eles, cama hospitalares, respiradores, aparelhos de anestésias, bombas de infusão e ventiladores pulmonares, além disso, a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto também cedeu uso de alguns itens como carros de alimentos, desfibriladores e monitores cardíacos. A cessão desses equipamentos é por tempo indeterminado, estipulando o período em que persistir a necessidade de adoção das medidas de enfrentamento e combate aos efeitos da pandemia de Covid-19. Demais itens registrados, descritos por 03 poltronas e 01 aparelho de eletrocardiograma, também pertencentes a Prefeitura de Ribeirão Preto lotados em unidades de saúde geridas pela Fundação que, em determinado momento, foram emprestados para o Hospital Santa Lydia em suas operações usuais, os quais devem ser desenvolvidos até o término das necessidades de uso. Em 2022 foram cedidos também como empréstimos cama, equipamentos hospitalares e cadeiras de roda. Em 2023 divã de exame médico. Os valores foram reconhecidos em contas patrimoniais de ativos (imobilizado - nota explicativa 8) e passivo, não tendo efeito no resultado da Fundação.

(v) Os valores de medicamentos foram comprados para atendimento na pandemia da Covid-19 através das portarias 050/2021, 054/2021 e 084/2021, serão pagos no decorrer do exercício.

13. Contratos de gestão e convênios a realizar

Descrição Custo	Saldo em 31/12/2023	Valores Recebidos Repasses	Captação de recursos e outros créditos	Rendimentos Financeiros	Outras Movimentações	Transferências	Saldo em 31/12/2024
C.G. nº 01/2019 - Cristo Fed.	2.244.902	1.669.133	1.683.255	86.910	-	(682.979)	1.634.711
C.G. nº 01/2020 - Upa Norte Mun.	5.649.980	-	-	-	-	-	5.649.980
C.G. nº 01/2020 - Upa Norte Estadual	176.083	-	-	-	-	-	176.083
C.G. nº 01/2020 - Upa Norte Fed.	198.971	-	-	-	-	-	198.971
C.G. nº 02/2020 - UPA Oeste Mun.	1.964.676	-	-	-	-	-	1.964.676
C.G. nº 02/2020 - UPA Oeste Fed.	629.883	-	-	14.976	-	-	644.859
C.G. nº 29/2021 - UBS Quintino I Mun.	2.296.709	1.262.109	1.265.278	169.243	-	-	2.462.783
C.G. nº 29/2021 - UBS Quintino I Fed.	6.201	439.813	441.045	8.021	766.588	(766.588)	12.990
C.G. nº 108/2021 - UBDS VV. Mun.	5.679.016	-	2.640.302	-	-	-	3.038.714
C.G. nº 108/2021 - UBDS VV. Fed.	135.277	-	-	-	-	-	135.277
Convênio nº 022/2020 - HMFA Mun.	34.161	7.950.670	7.955.042	6.793	342.977	(342.977)	36.582
Convênio nº 022/2020 - HMFA Fed.	25.621	150.024	150.322	2.966	-	-	28.289
Convênio nº 141/2022 - CAPS	2.088.033	604.634	1.379.743	195.078	-	-	1.508.002
Convênio nº 141/2022 - CAPS Mun.	1.439.017	8.665.617	7.893.210	145.494	-	(2.278.653)	78.265
C.G. nº 146/2023 - UPA 13 Fed.	1.862.803	-	-	32.691	-	-	1.895.494
C.G. nº 146/2023 - UPA 13 Mun.	3.550.068	-	-	-	-	-	3.550.068
C.G. nº 324/2023 - UPAs Unif. Mun.	-	100.116.738	104.524.176	1.772.906	2.640.302	-	5.770
C.G. nº 324/2023 - UPAs Unif. Fed.	-	10.875.782	10.884.825	73.949	-	-	64.907
C.G. nº 031/2024 - UBDS Unif. Fed.	-	6.767.577	6.767.577	39.299	-	-	39.299
Convênio nº 247/2023 - SERERP	-	634.208	635.220	14.232	-	-	13.219
Subtotal	27.981.401	139.136.306	146.219.994	2.562.559	3.749.867	(4.071.197)	23.138.941
(-) Obrigações com o Estado	-	-	-	-	-	-	-
Projetos a Executar	27.981.401	139.136.306	146.219.994	2.562.559	3.749.867	(4.071.197)	23.138.941

Os contratos públicos de gestão são reconhecidos no ativo em contrapartida do passivo. São realizados no ativo quando de seu recebimento e liquidados do passivo quando da execução dos serviços prestados, gerando assim, despesas e receitas correspondentes, conforme preconiza as normas brasileiras de contabilidade e técnicas gerais - NBCTG 07 (R2): Subvenção e assistência governamental.

14. Provisões para Contingências

Descrição	2024	2023
Trabalhista	3.672.118	1.406.756
Trabalhista - Contrato de Gestão (i)	-	1.389.037
Trabalhista – Passível Circulante	202.055	
Cível (iii)	11.174.878	
	15.049.051	2.795.793

(a) Movimentação das Provisões para contingência e depósitos judiciais

	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingência
Saldos em 01 de janeiro de 2023	568.061	2.110.926
Diminuição	(36.773,00)	(1.232.793,00)
Aumento	893.525	1.917.660
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.424.813	2.795.793
Diminuição	(47.928)	(2.934.047)
Aumento	1.134.124	3.810.372
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.511.009	3.672.118

15. Passivos Contingentes

A Fundação possui passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios. Devido à sua natureza, tais processos envolvem incertezas a eles inerentes, incluindo, mas não limitado a decisões de tribunais e termos de acordo previstos em lei entre as partes envolvidas, e, como consequência disso, a Administração da Fundação não pode, no estágio atual, estimar a tempo exato de resolução desses temas. Como sucessora das obrigações e passivos contingentes do Instituto Santa Lydia, a Fundação discute ações de natureza cível trabalhista, classificadas pelos assessores jurídicos como perda possível, no montante de R\$ 10.802.538 em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 15.205.337,16 trabalhista e 13.859.373,32 cível em 31 de dezembro de 2024. Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre essas demandas não foi constituída qualquer provisão para contingências. Desta forma resolvemos proceder conforme o relatório do escritório terceirizado jurídico emitido em novembro de 2024, onde a Fundação adequou as provisões relativas aos processos judiciais em curso, conforme exigido pelas normas contábeis e de transparência pública. Os processos referem-se, em sua maioria, a obrigações herdadas da época em que a Fundação encontrava-se sob intervenção judicial da Prefeitura de Ribeirão Preto.

Diante das incertezas inerentes ao desfecho desses processos – que envolvem decisões judiciais e eventuais acordos legais – os valores foram classificados como de perda possível, totalizando **R\$ 11.174.878,83**. Ressalte-se que tais valores não configuram exigibilidade imediata e dependem de decisão definitiva das instâncias judiciais competentes.

Exemplos:

Processo nº 0024821-68.2024.8.26.0506 – CEON Centro Especializado de Oncologia Ltda.

Valor: R\$ 2.468.235,85

Origem: processo de conhecimento nº 0049845-84.2013.8.26.0506, referente à época da

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA
Rua Tamandaré, 434 – CEP 14.085-070 - Campos Elíseos
Ribeirão Preto / S.P. – Tel.(16) 3605 4848
CNPJ-MF nº 13.370.183/0001-89 Inscr. Municipal nº 149977/01

intervenção judicial. A responsabilidade pela obrigação recai sobre a gestão direta da Prefeitura à época, devendo a quitação ocorrer via crédito adicional por projeto de lei específico.

Processo nº 0004000-77.2023.8.26.0506 – Instituto de Radiologia Ribeirão Preto Ltda. / Instituto de Radio Imagem S/C Ltda.

Valor: R\$ 6.791.359,53

Origem: processo de conhecimento nº 0924028-27.2012.8.26.0506, também vinculado ao período de intervenção. Recomendação semelhante: quitação por meio de projeto de lei solicitando crédito complementar ao Executivo.

16. Patrimônio Líquido

a. Patrimônio Social

Representado pelo aporte de R\$ 10.200.000 (R\$ 2.200.000 em 2017; R\$ 4.800.000 em 2016 e R\$ 3.200.000 em 2015) conforme lei 13.527/2015 e, também pelo saldo do acervo líquido incorporado do Instituto Santa Lydia. Anualmente, os superávits ou déficits apurados devem ser transferidos para o patrimônio social.

b. Reserva de doações:

Constituída por doações realizadas por pessoa física e jurídica para o curso normal dos negócios da Fundação.

c. Ajuste de avaliação patrimonial:

Representado pelo saldo que compõe o acervo líquido, vindo da incorporação do Instituto Santa Lydia, que contratou empresa especializada para apuração do custo atribuído, de acordo com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, registrado em contrapartida do imobilizado.

d. Superávits e Déficit acumulados:

Representa o superávit ou déficits do exercício acrescido da realização do ajuste de avaliação patrimonial (depreciação ou baixa ou alienação dos bens que tiveram o custo atribuído).

17. Serviços de Saúde

A receita líquida de prestação de serviços possui a seguinte composição:

Descrição	2024	2023
Particulares	237.511	154.434
Contrato de Gestão (nota 21)	139.472.098	126.296.224
SUS (i)	38.902.366	31.846.922
Convênios (ii)	3.092.648	3.335.735
Total	181.704.623	161.633.314

Descrição	2024	2023
Outras Receitas Operacionais		
Administrativa (iv)	4.493.222	3.303.527
Trabalho Voluntário - ITG 2002 (R1)	650.079	650.079
Receitas com Doações	118.847	83.068
Total	5.292.148	4.036.674

- (i) Faturamento de procedimentos e incentivos de contratualização
(ii) Atividade de saúde suplementar realizadas pelo hospital
(iii) São os contratos e convênios de apoio à gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirão Preto.
(iv) São os convênios de cooperação técnica entre a Fundação e as Instituições de Ensino.

18. Despesas dos Serviços prestados

Descrição	2024	2023
Serviços médicos pessoa física e jurídica	- 13.808.506	- 12.108.084
Serviços médicos - Contrato Gestão (nota 21)	- 54.059.188	- 39.337.208
Despesa com pessoal	- 11.562.161	- 19.741.640
Despesa com pessoal - Contrato de Gestão (nota 21)	- 43.695.709	- 46.508.821
Despesa com pessoal - rateio	6.193.074	- 7.572.598
Serviços de empresas	- 2.091.171	- 947.256
Serviços de empresas - Contrato de Gestão (nota 21)	- 9.612.112	- 8.147.543
Medicamentos	- 2.761.619	- 4.537.816
Medicamentos - Contrato de Gestão (nota 21)	- 8.507.608	- 7.340.594
Materiais Hospitalares - Contrato de Gestão (nota 21)	-	-
Materiais de Enfermagem	- 3.042.918	- 1.729.134
Materiais e serviços de laboratório	- 395.269	- 759.000
Materiais e serviços de laboratório - C.Gestão (nota 21)	- 1.620.443	- 1.321.607
Órteses e próteses	- 67.783	- 38.053
Material de escritório	- 61.189	- 165.755
Material de escritório - Contrato de Gestão (nota 21)	- 210.374	- 303.002
Gêneros alimentícios	- 2.334.616	- 314.525
Gêneros alimentícios - Contrato de Gestão (nota 21)	- 407.426	- 320.279
Material de Limpeza	- 229.322	- 216.912
Outras Despesas	-	-
Outras Despesas- Contrato de Gestão (nota 21)	- 1.673.971	- 1.347.517
Materiais em geral	- 1.517.446	- 747.217
Materiais em geral - Contrato de Gestão (nota 21)	- 4.881.946	- 3.408.300
Impostos, taxas e contribuições	- 413.904	- 229.620
Aluguéis/locação	- 1.671.845	- 639.047
Locação e Utilidade Pública - Contrato Gestão (nota 21)	- 2.109.892	- 2.474.529
Energia Elétrica	- 231.135	- 438.206
Energia Elétrica - Contrato de Gestão (nota 21)	- 469.276	- 898.435
Água e esgoto	- 11.022	- 174.189
Água e esgoto - Contrato de Gestão (nota 21)	- 264.346	- 1.242.081
Conservação e manutenção	- 523.487	- 410.845
Conservação e manutenção - Contrato de Gestão (nota 21)	- 226.350	- 249.513
Despesa com depreciação	- 299.712	- 600.695
Acordos e custas processuais	-	- 453.955
Provisão para Contingências	- 12.051.204	1.029.646
Perdas estimadas pra créditos de liquidação duvidosa	-	- 92.490
Bens e materiais permanentes - C.Gestão (nota 21)	-	-
Despesas Diversas	- 2.065.720	- 1.194.650
Despesas Diversas - Contrato de Gestão (nota 21)	- 1.863.335	-
Despesas operacionais - rateio	- 10.534.796	- 7.299.205
Total	- 189.083.727	- 172.280.677

19. Receitas Diversas

Descrição	2024	2023
Recuperações de despesas	2.805	14.907
Multa Contratual	3.786	129.331
Outras receitas	42.148	8.355
	48.741	152.592

20. Receita e despesa financeiras

Descrição	2024	2023
Receitas financeiras:		
Descontos obtidos	48.886	22.864
Rendimento sobre aplicação financeira	168.494	285.398
Juros e Correção Monetária	-	1.276
	219.259	309.538
Despesas financeiras:		
Juros passivos	- 174.605	- 74.050
Despesas bancárias	- 407.458	-152.007
	- 315.390	-226.057
Total	266.673	83.482

21. Contratos de Gestão

Descrição	2024	2023
Receitas Serviços de Saúde:		
Contrato de Gestão – UPA Leste Federal	-	5.138.730
Contrato de Gestão – UPA Leste Municipal	970.000	23.403.085
Contrato de Gestão – Cristo Redentor Federal	1.669.133,14	4.392.841
Contrato de Gestão – HMFA Municipal	7.950.670	7.260.729
Contrato de Gestão – HMFA Federal	150.024	113.751
Contrato de Gestão – UPA Norte municipal		23.927.683
Contrato de Gestão – UPA Norte federal		2.354.329
Contrato de Gestão – UPA Oeste municipal		24.641.262
Contrato de Gestão – UPA Oeste federal		234.559
Contrato de Gestão – UBS Quintino I – municipal	1.262.109	3.533.982
Contrato de Gestão – UBS Quintino I – federal	439.813	34.135
Contrato de Gestão – UPA Vila Virgínia municipal		24.291.880
Contrato de Gestão – UPA Vila Virgínia – federal		166.876
Contrato de Gestão – Caps IV municipal	8.665.617	3.532.281
Contrato de Gestão – Caps IV federal	604.634	3.270.102
Contrato de Gestão nº 324/2023 - UPAs Unif. Municipal	100.116.738	
Contrato de Gestão nº 324/2023 - UPAs Unif. Federal	10.875.782	
Contrato de Gestão nº 031/2024 - UBSs Unif. Federal	6.767.577	
Convênio nº 247/2023 - SERERP	634.208	
Total	140.106.305	126.296.224
Despesas dos Serviços Prestados:		
Serviços médicos – Contrato de Gestão (nota 19)	(41.238.936)	(39.337.208)

Despesa de pessoal – Contrato de Gestão (nota 19)	(45.241.946)	(46.508.821)
Despesa de Pessoal – CG rateio	(5.170.959)	(6.817.000)
Serviços de empresas – Contrato de Gestão (nota 19)	(10.542.262)	(8.147.543)
Medicamentos – Contrato de Gestão (nota 19)	(9.965.288)	(7.340.594)
Materiais Hospitalares – Contrato de Gestão (nota 19)	(80.894)	-
Materiais de laboratório – Contrato de Gestão (nota 19)	(2.564.890)	(1.321.607)
Material de escritório – Contrato de Gestão (nota 19)	(194)	(303.002)
Gêneros alimentícios – Contrato de Gestão (nota 19)	(1.778.641)	(320.279)
Outras Despesas – Contrato de Gestão (nota 19)	(1.124.940)	(1.347.517)
Materiais em geral – Contrato de Gestão (nota 19)	(3.831.355)	(3.408.300)
Locação e Utilidade Pública – Contrato de Gestão (nota 19)	(4.971.372)	(2.474.529)
Energia Elétrica – Contrato de Gestão (nota 19)	(435.696)	(898.435)
Água e esgoto – Contrato de Gestão (nota 19)	(163.497)	(1.242.081)
Conservação e manutenção – Contrato de Gestão (nota 19)	(130.636)	(249.513)
Diversas – Contrato de Gestão (nota 19)	(144.990)	-
Bens e materiais permanentes – Contrato de Gestão (nota 19)	(7.119)	-
Despesas operacionais – rateio (nota 19)	(5.450.375)	(6.579.793)
Devolução de Saldo Remanescente (2023)	(7.262.315)	
Total dos Custos e despesas	(140.106.305)	(126.296.224)
Receitas (-) despesas	-	-

22. Demonstrativo das Contribuições previdenciárias isentas

Em atendimento ao parágrafo 2º do artigo 7º da lei complementar 187/2021, são demonstrados a seguir os valores relativos à isenção previdenciária como se fossem gozados durante o exercício:

Mês de Competência	2024		2023	
	Base de Cálculo	Isenção	Base de Cálculo	Isenção
Janeiro	4.923.443	1.378.564	4.656.087	1.304.487
Fevereiro	5.041.761	1.411.693	4.855.296	1.360.298
Março	4.978.885	1.394.088	4.585.922	1.284.828
Abril	4.979.750	1.394.330	5.267.705	1.475.842
Maiο	5.000.578	1.400.162	4.983.991	1.396.355
Jinho	5.064.489	1.418.057	4.612.950	1.292.401
Julho	5.103.691	1.429.033	4.878.859	1.366.900
Agosto	5.215.019	1.460.205	5.106.658	1.430.722
Setembro	5.172.710	1.448.359	5.099.075	1.428.598
Outubro	5.048.618	1.413.613	5.868.713	1.644.226
Novembro	5.223.181	1.462.491	5.189.192	1.453.846
Dezembro	5.398.299	1.511.524	9.358.565	2.621.971
Total	26.226.981	15.743.555	54.747.484	15.767.322

23. Aspectos fiscais

Consideram-se imunes as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Fundação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, e possui imunidade subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Fundação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Fundação.

A administração desconhece qualquer problema de natureza fiscal que pudesse afetar a Fundação, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

24. Remuneração da administração

A Fundação não distribui lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, sob nenhuma forma ou pretexto, nem mesmo em razão de desligamento, retirada ou falecimento de seus membros, e todos os excedentes financeiros serão revertidos para o cumprimento de suas finalidades.

25. Composição dos órgãos de Administração da Fundação

A Fundação contará com os seguintes órgãos de Administração, conforme determina seu Estatuto Social:

Conselho Curador – constituído de nove membros titulares e suplentes, que dirigirá, fiscalizará e controlará a Fundação, com mandato de dois anos, permitindo recondução dos seus membros por igual período, sendo: cinco membros indicados pelo Poder Executivo Municipal, um membro indicado pelo Conselho Municipal de Saúde, dois membros eleitos entre os empregados da Fundação Hospital Santa Lydia e um membro eleito entre as instituições de ensino superior sediadas em Ribeirão Preto. Membros deste conselho não poderão ser nomeados para a diretoria executiva.

Conselho Fiscal – órgão de controle interno, responsável pela fiscalização da gestão econômico-financeira da Fundação, com mandato de dois anos, permitindo recondução dos seus membros por iguais períodos. Constituído de três membros, sendo um representante indicado pela Secretaria Municipal de Saúde, um indicado pela Secretaria Municipal da Casa Civil e um indicado pela Secretaria Municipal da Fazenda. Membros deste conselho não poderão ser nomeados para a diretoria executiva.

Diretoria Executiva – órgão da Administração da Fundação e subordinada ao Conselho Curador, é constituída das seguintes funções de livre provimento: um diretor administrativo e um diretor técnico.

26. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS)

A Fundação Hospital Santa Lydia, protocolou em 3 de novembro de 2011, junto ao Ministério da Saúde, na qualidade de sucessora do Instituto Santa Lydia, pedido de substituição de Requerente nos processos de Renovação de CEBAS, passados, ainda sob análise: Processo nº 250000.666490/2009-89. Cabe salientar que naquela mesma data foi formalmente requerido ao Ministério da Saúde por meio do Processo nº 25000.191819/2011-69 a inclusão como requerente, juntando neste ato todos os atos constitutivos da Fundação.

Em 27 de junho de 2012 tempestivamente protocola novo pedido de renovação já em nome da Fundação Hospital Santa Lydia: Processo nº 25000.109649/2012-68. Diante da apreciação da Lei 12.101/2009, Decretos nº 7.237 e 7.300/2010 e Portaria 1.970/GM de 16 de agosto de 2011, a Fundação preenche plenamente todos os requisitos conforme determinações expressas na legislação vigente, portanto até o presente momento não há óbices na concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Saúde) pelo Ministério da Saúde.

Mediante ao Parecer Técnico nº 515/2014 CG CER/ DCE/ BAS/ JAS/ MS constante no Processo nº 2.500 109649/2012-68/MS, concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes na Legislação vigente. Desta forma, foi deferido o Pedido de Concessão de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área da saúde, pelo período de três anos a contar de 31 de dezembro de 2014, data da publicação da Portaria nº 1.516 de 30/12/2014 no Diário Oficial da União – DOU nº 253.

Atualmente, a portaria MS/SAES n.703 de 04 de setembro de 2023 prorrogou a vigência da portaria n.222 de 10 de março de 2021, a renovação terá validade até 31 de dezembro de 2024.

Pedido de renovação conforme requerimento do cebas SEI nº 25000.104763/2024-35

27. Gerenciamento de riscos

As operações da Fundação estão expostas a riscos de mercado e de operação, como os de variação de taxa de juros, do câmbio, o risco de crédito e o risco de sinistros. Em face das possíveis perdas na realização de ativos, foram constituídas perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa. Os riscos são constantemente acompanhados pela administração.

O gerenciamento dos riscos é feito pela administração da Fundação no sentido de minimizá-los, mediante estratégias de posições financeiras e sistemas de controles internos.

28. Cobertura de seguros

A Administração da Fundação mantém cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para bens do imobilizado e dos estoques, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

29. Considerações Finais e conclusão

1 – Do Fechamento Contábil

O resultado contábil do exercício de 2024 apresentou um déficit de R\$ 2.383.630,00. No entanto, essa cifra isolada não reflete, por si só, a qualidade da gestão adotada ao longo do período. É imprescindível considerar os demais elementos financeiros e administrativos que compõem o panorama completo da execução orçamentária, conforme exposto a seguir:

A gestão do exercício de 2024 deve ser analisada sob uma perspectiva ampla e contextualizada, considerando não apenas o resultado contábil final de R\$ - 2.383.630,00, mas também as ações estratégicas e os indicadores de responsabilidade fiscal e administrativa adotados ao longo do período.

A devolução de R\$ 7.262.315,43 aos cofres públicos, realizada em setembro de 2024, evidencia a aplicação eficiente dos recursos recebidos, a adequada execução dos planos operacionais e o alinhamento com os princípios da economicidade, legalidade e eficiência. Trata-se de um resultado expressivo que comprova o compromisso da atual gestão com a boa governança pública e a correta utilização de verbas públicas vinculadas.

Mês	Conta	Valor	Código Contábil	Receita/Observação
Setembro	HMFA Municipal	R\$ 342.976,77	2.1.5.01.007	Receita Diferida Conv. 04 e 022/2020 HMFA
Setembro	CAPS III Municipal	R\$ 2.278.652,67	2.1.5.01.017	Receita Diferida Conv. 141/2022 CA4 Mun
Setembro	UBS Quintino I Municipal	R\$ 766.588,32	2.1.5.01.006	CG a Executar – RD CG 01/2019 CRI Federal
Setembro	UBS Unificada – CRI	R\$ 682.978,96	2.1.5.01.006	CG a Executar – RD CG 01/2019 CRI Federal
Setembro	UPA Unif. Municipal – UNM	R\$ 480.088,40	2.1.5.01.025	CG a Executar – 324/2023 UPAs Unificadas Municipais
Setembro	UPA Unif. Municipal – USM	R\$ 1.191.872,28	2.1.5.01.025	CG a Executar – 324/2023 UPAs Unificadas Municipais
Setembro	UPA Unif. Municipal – UVV	R\$ 1.519.158,03	2.1.5.01.025	CG a Executar – 324/2023 UPAs Unificadas Municipais
	Total	R\$ 7.262.315,43		

Além disso, a atualização e o reconhecimento contábil dos passivos contingentes — que totalizam R\$ 11.174.878,83 — demonstram transparência e aderência às melhores práticas contábeis e jurídicas, ao dar o devido tratamento às demandas judiciais oriundas de períodos anteriores, notadamente da época em que a Fundação esteve sob intervenção judicial da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.

É importante ressaltar que tais passivos não são exigíveis de forma imediata, pois ainda estão em fase de tramitação judicial e possuem natureza incerta quanto ao desfecho. Ainda assim, a Fundação adotou uma postura responsável ao promover o contingenciamento, mantendo a segurança fiscal da entidade sem comprometer a continuidade dos serviços prestados à população.

Portanto, mesmo diante de um resultado contábil negativo, o exercício de 2024 é marcado por uma gestão responsável, técnica e orientada pela integridade, com evidentes avanços em controle interno, eficiência operacional e transparência pública. Esses fatores reforçam a solidez institucional da Fundação e sustentam a legitimidade das decisões tomadas ao longo do exercício.

ASSINADO DIGITALMENTE
MARCELO HENRIQUE DE PAULO
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital> 

Marcelo Henrique de Paulo
Contador CRC 1SP 261568-O/0

ASSINADO DIGITALMENTE
MARCELO CESAR CARBONERI
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital> 

Marcelo Cesar Carboneri
Diretor Administrativo
CPF 362.019.658-31

RELATÓRIO CIRCUNSTACIADO DA AUDITORIA

Concluídos nossos exames do exercício de 2023, apresentamos este relatório, com os principais pontos observados, com as devidas recomendações e sugestões para fortalecimento dos controles internos.

1. SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS.

Revisamos o sistema de controles internos nos seus aspectos contábeis, na extensão e forma necessárias para avaliá-lo, de acordo com a extensão que os trabalhos de auditoria requerem, de acordo com as normas de auditoria, cujos aspectos abordados estão devidamente considerados neste relatório circunstanciado. Observamos ainda os procedimentos no tocante ao cumprimento da Legislação Societária e Normas Brasileiras de Contabilidades, emanadas do Conselho Federal de Contabilidade.

Ressaltamos que os trabalhos executados por meio de provas seletivas, testes e amostragens não têm a propriedade de revelar todas as eventuais deficiências do sistema de controles internos, portanto, o presente relatório não constitui garantia da inexistência de erros ou imperfeições.

As atividades de controle devem ser parte integrante das atividades diárias de uma entidade, e um sistema efetivo de controle interno requer que uma estrutura apropriada seja estabelecida, com as atividades de controles definidas para cada nível do negócio.

Esses controles devem incluir revisões de alto nível, atividade de controle apropriadas para diferentes departamentos ou divisões, controles físicos, verificação de conformidade com os limites de exposição de riscos, sistema de aprovações e autorizações e de verificação e reconciliação.

A fundação possui várias normas disciplinando os procedimentos internos operacionais. Tais normas não estão descritas num Manual de Controles Internos devidamente aprovado e implementado a um sistema informatizado integrado (ERP – Gerenciador de todas as operações), o que dificulta a formação de uma opinião sobre possíveis distorções relevantes na elaboração das demonstrações contábeis e que são responsabilidade da administração da fundação.

O controle interno compreende o plano de organização e todos os seus métodos, medidas e coordenadas adotadas numa entidade para proteger seu patrimônio. Isso tudo envolve imagem e pessoas; exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis; incremento na eficiência operacional; e promoção à obediência às diretrizes administrativas estabelecidas e às normas legais impostas por autoridades competentes

2. DEPARTAMENTO PESSOAL

2.1 Folha de Pagamentos

Analizamos as folhas de pagamento de janeiro a dezembro do ano de 2024, bem como, guias de recolhimentos (INSS, IRRF, FGTS), e confrontamos os valores dos encargos gerados pelos rendimentos com as guias de recolhimento não constatando irregularidades nestes aspectos.

2.2 Provisões de Férias e 13º Salário

Constatamos que as Provisões de Férias e seus respectivos encargos foram efetuadas mensalmente, com saldo de R\$ 8,572 milhões em 2024 e que ao confrontamos com o saldo contábil em 31/12/2024 não constatamos divergências.

3. BANCOS

Confrontamos os registros contábeis com os extratos bancários e as conciliações bancárias, não constatando divergências.

As conciliações estão devidamente elaboradas pelo setor contábil responsável e arquivadas digitalmente.

4. ESTOQUES

Acompanhamos a realização do Inventário Físico de estoques, sendo gerado um relatório de auditoria, já entregue à administração em janeiro de 2025, para as devidas providências.

5. ESTUDOS PARA A REVISÃO ANUAL SOBRE O IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Anteriormente, as práticas contábeis adotadas no Brasil consideravam como aceitáveis as taxas de depreciação fiscais a serem utilizadas para fins contábeis. Com o advento da Lei 11.638/07 e a emissão do pronunciamento técnico contábil CPC 27 - Ativo Imobilizado, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e sua interpretação ICPC 10 e pronunciamento técnico contábil CPC 04 – R1 – ativos intangíveis, as entidades foram requeridas a calcular e registrar a depreciação e amortização de acordo com a expectativa de vida útil dos ativos imobilizados e intangível, sendo que os efeitos dessa revisão de vida útil deveriam ter sido ajustados de forma prospectiva a partir de 01 de janeiro de 2010. Contudo, a administração não determinou

as análises para determinação da vida útil dos ativos imobilizados e intangível, e a verificação dos possíveis impactos decorrentes da aplicação desse procedimento contábil. Consequentemente, não foi possível satisfazer-nos, por meio de outros procedimentos de auditoria, caso a Fundação tivesse revisado a vida útil de seus ativos imobilizados e intangíveis, dos eventuais efeitos, sobre o saldo de depreciação/amortização acumuladas registradas no ativo não circulante, e da despesa de depreciação/amortização registradas no resultado do exercício.

6. TESTE DE IMPAIRMENT (teste de recuperabilidade)

A Administração da Fundação não efetuou o teste de recuperabilidade dos valores registrados no imobilizado, intangível e diferido (teste de impairment), com o objetivo de assegurar que os citados ativos não estejam registrados por valores superiores àqueles passíveis de serem recuperados no tempo pelo uso nas operações da entidade ou pela sua venda. Consequentemente não foi possível mensurar os efeitos da não adoção do CPC 01 e ICPC 10 no resultado do exercício e no patrimônio líquido.

7. ASSESSORES JURÍDICOS

O auditor deve aplicar as normas de auditoria, para identificar passivos não registrados e contingências ativas ou passivas relacionados a litígios, pedidos de indenização ou questões tributárias, e assegurar-se de sua adequada contabilização e/ou divulgação nas Demonstrações Contábeis examinadas.

A administração da entidade é a responsável pela adoção de políticas e procedimentos para identificar, avaliar, contabilizar e/ou divulgar, adequadamente, os passivos não-registrados e as contingências.

Quando da execução de procedimentos de auditoria para a identificação de passivos não-registrados e contingências, o Auditor Independente deve obter evidências para os seguintes assuntos, desde que relevantes:

- a) a existência de uma condição ou uma situação circunstancial ocorrida, indicando uma incerteza com possibilidade de perdas ou ganhos para a entidade;
- b) o período em que foram gerados;
- c) o grau de probabilidade de um resultado favorável ou desfavorável; e
- d) o valor ou a extensão de perda ou ganho potencial.

A circularização dos consultores jurídicos é uma forma de o auditor obter confirmação independente das informações fornecidas pela administração referentes a situações relacionadas a litígios, pedidos de indenização ou questões tributárias.

Os assessores jurídicos, na pessoa do Dr. JOÃO PAULO ZAMPIERI SALOMÃO – OAB/SP 444.717, apresentou as posições dos processos onde a fundação é Ré, e que são:

TIPO DE AÇÃO	PERDA REMOTA	PERDA POSSÍVEL	PERDA PROVÁVEL
Trabalhistas	0,00	15.205.337,16	3.874.173,05
Cíveis	0,00	13.859.373,32	11.174.878,83
Total	0,00	29.064.710,48	15.049.051,88

A contabilidade, em 31/12/2024, tem contabilizado, conforme nota explicativa 14, descrita abaixo, em provisão para contingências o valor de R\$ 15,049 milhões (R\$ 2,795 milhões em 2023), que coincide com as informações dos assessores jurídicos.

14. Provisões para Contingências

Descrição	2024	2023
Trabalhista	3.672.118	1.406.756
Trabalhista - Contrato de Gestão (i)	-	1.389.037
Trabalhista – Passível Circulante	202.055	
Cível (iii)	11.174.878	
	15.049.051	2.795.793

8. DÉFICIT ACUMULADO E CONTINUIDADE OPERACIONAL

A entidade possui passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo), em virtude de déficits acumulados, no valor de R\$ 9,559 milhões (R\$ 7,175 milhões em 2023). Em 2024 o Déficit apurado foi de R\$ 2,383 milhões, (déficit de R\$ 6,148 milhões em 2023). As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a uma entidade no curso normal de suas atividades. A continuidade das operações depende da manutenção controlada dos fluxos de caixa de pagamentos, e pelos recursos obtidos junto à Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

9. CONTABILIZAÇÃO DOS GASTOS COM OS CONTRATOS

A contabilidade da Fundação contabiliza os gastos com os recursos restritos, oriundos dos contratos de gestão em sua conta de resultado.

Os contratos públicos de gestão devem ser reconhecidos no ativo em contrapartida do passivo, e somente depois da prestação de contas aprovadas, é que devem ser reconhecidas na DRE (dando resultado zero), conforme determinam as normas brasileiras de contabilidade e técnicas gerais - NBCTG 07 (R2): Subvenção e assistência governamental.

A norma é a seguinte: NBC TG 07 (R2), em seus itens 7, 8 e 15A, descritos abaixo:

“Subvenção governamental

7. Subvenção governamental, inclusive subvenção não monetária a valor justo, não deve ser reconhecida até que exista razoável segurança de que: (a) a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção; e (b) a subvenção será recebida.

8. A subvenção governamental não deve ser reconhecida até que exista uma razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que ela será recebida. O simples recebimento da subvenção não é prova conclusiva de que as condições a ela vinculadas tenham sido ou serão cumpridas.

15A. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser feita em conta específica do passivo.”

Orientamos a contabilidade para que no exercício de 2025 os valores sejam adequadamente contabilizados no Passivo e somente transferidos para a DRE, quando da aprovação das prestações de conta pela prefeitura.

10. CONDIÇÕES DESTE RELATÓRIO

As recomendações deste relatório destinam-se exclusivamente à informação e ao uso da Administração e dos responsáveis pela governança da entidade, e não foram preparadas para serem utilizadas por qualquer outra pessoa que não essas partes especificadas, o que desautoriza e torna ilegal, nos termos do art. 410 do Novo Código de Processo Civil (NCPC), seu uso para qualquer outro fim. Sua divulgação externa pode suscitar dúvidas e originar interpretações indevidas por pessoas que desconhecem os objetivos e as limitações de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

11. CONCLUSÃO

Com base, nos procedimentos de auditoria das demonstrações contábeis, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nas verificações, exames e revisões junto aos registros e controles internos da **FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA**, e com base nos documentos por nós inspecionados, somos de opinião que, as informações estão subsidiadas em documentos, informações, procedimentos e registros considerados satisfatórios, exceto pelos pontos comentados neste relatório, e no relatório de auditoria de inventário, já entrega à Administração da Fundação.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

ROBERTO ARAUJO DE SOUZA:06455621816
Assinado de forma digital por
ROBERTO ARAUJO DE
SOUZA:06455621816
Dados: 2025.05.28 16:04:45 -03'00'

ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA

Sócio

CTCRC1SP242826/O-3